

Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica*

Ernesta Zamboni

RESUMO

Este artigo tem como objetivo trabalhar construção da identidade nacional e a consciência histórica como referenciais do projeto pedagógico contido nos parâmetros políticos e culturais apontados pela Cultural Política e Histórica. O termo cultura política começou a ser usado na América Latina no final da década de 80, no período da transição política entre a ditadura e os atuais “governos democráticos”. Pesquisei nos atuais Parâmetros Curriculares Nacionais o conceito de Identidade Nacional com o objetivo de analisar como foi pensado o processo de formação de uma consciência histórica.

Palavras-Chaves: História, Projeto Pedagógico, Parâmetros Curriculares.

O presente texto é o resultado parcial de uma pesquisa que ora desenvolvo sobre a construção do conhecimento escolar e tem como fundamento os parâmetros culturais apontados pela Cultural Política e a pela História tomando como referencia os conceitos de Identidade Nacional e Consciência histórica..

O termo cultura política começou a ser usado na América Latina no final da década de 80, no período da transição política entre os governos militares ditatoriais e a instalação dos governos democráticos

Nesta época, a maior parte da população sul americana estava excluída e marginalizada do consumo dos bens socialmente produzidos, dos direitos políticos e impossibilitadas culturalmente de participarem do mundo da produção; grupos organizados levantaram suas vozes e exigiram o direito de serem reconhecidas socialmente, o direito a um teto, à habitação, à educação, á produção, á saúde e sobretudo que suas identidades fossem reconhecidas e

* Artigo originalmente publicado no caderno Cedes n° 61

** Professora da Faculdade de Educação Unicamp

respeitadas. Neste contexto de transição mudanças políticas e sociais aconteceram no Brasil, como: o fim da ditadura militar, as eleições diretas para os cargos executivos e. em 1988, uma nova constituição nacional foi promulgada, ficando conhecida como a Constituição Cidadã. Nesta carta constitucional os direitos políticos da grande maioria da população passaram a ser considerados como, os dos povos indígenas, das mulheres, dos trabalhadores e a organização do movimento dos sem terra.

As diretrizes das políticas públicas voltadas para a cultura e educação incorporaram metas de conservação e recuperação do patrimônio nacional (ecológico e cultural), das memórias múltiplas e reconhecendo as diferentes identidades do povo brasileiro. Mudanças políticas nacionais exigiram outras diretrizes para a educação Na década de 90, o Ministério da Educação propôs à sociedade novos Parâmetros Curriculares (PCNs) tanto para o ensino fundamental como para o ensino médio, assentados nos princípios da Cidadania, da Ética e da Pluralidade Cultural.

Nos PCNs pesquisei o tratamento dado à Identidade Nacional com o objetivo de analisar o processo proposto para a formação da consciência histórica, nesse sentido a recuperação da memória nacional e dos grupos sociais. constitui um dos elementos que compõem a base da formação da identidade nacional, assim como, da construção do conceito de nação. Neste documento as identidades culturais que formam o povo brasileiro são tratadas como

a temática da Pluralidade Cultural referente ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades sócio- econômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira (...) Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação(...) Pluralidade cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se opõe e repõe permanentemente .. (Pluralidade Cultural, 1997, p.19).

Portanto, considerar as múltiplas características da identidade nacional é valorizar a dinâmica dos traços culturais dos micro organismos sociais como

dos múltiplos e heterogêneos grupos sociais e espaços geográficos e no macro organismo todos os movimentos e grupos sociais existentes no país em sua permanente renovação.

A história como disciplina escolar sempre trabalhou com as noções de Identidade Nacional, Cidadania, Estado e Nação. Historicamente, o ensino de história foi marcado desde o século XIX pelo ideário das nacionalidades; na França, o discurso liberal defendeu a laicização da sociedade e a formação da Nação Moderna. Estes princípios foram os norteadores do sistema educacional francês, como também da organização dos currículos de História. No Brasil, sob o manto do ideário liberal, em 1838, é criado um programa de ensino de História para o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Iniciava este programa com o estudo do território nacional, dos primeiros habitantes – os índios- em seguida o estudo do português colonizador e do negro trabalhador escravo, a política de exploração e colonização portuguesa. Propunha este programa criar os fundamentos da unidade e da hegemonia nacional. Este programa constituiu durante muitas décadas o modelo para o ensino secundário. Fundamentado no positivismo, os programas enfatizaram a História dos fatos políticos, o Estado foi valorizado como gestor e controlador da Nação e seus dirigentes eram os sujeitos que a juventude deveria ter como modelo. O discurso histórico além de ser enciclopédico e elaborado com a idéia de progresso, deveria dar visibilidade à Nação, que estava em processo de construção e os seus articuladores políticos constituíram os sujeitos históricos, portanto, a história como disciplina escolar, era o lugar privilegiado para se trabalhar a moral e a ética como valores universais, constituindo a pedagogia da Nação. Este princípios que condicionaram a escolha de conteúdos a serem ensinados e as metodologias a serem trabalhadas. A história tornou-se o sinônimo da nação e da civilização (ZAMBONI, 1999 p.7-22).

No período republicano, esta concepção de história não só continuou como, também, foi aprofundada. Nadai, que estudou o período, afirma:

as representações, no ensino de história, que procuravam expressar as idéias de nação e de cidadão estavam embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da nacionalidade brasileira. O fio condutor do processo histórico centralizou-se, assim, no colonizador português

e, depois no imigrante europeu e nas contribuições parietárias de africanos e indígenas (NADAI,1993).

Nas reformas curriculares de Francisco Campos em 1931, e a de Gustavo Capanema em 1942, em plena ditadura de Getúlio Vargas, a questão nacional continuou sendo o fio condutor do ensino de história e do sistema educacional tanto na formação política dos jovens como na formação da consciência nacional. A propaganda imagética explorando as emoções, os sentimentos, a memória afetiva, os símbolos, imagens, rituais reforçaram o princípio da nacionalidade, facilitaram a centralização política divulgando a sua ideologia : nos livros didáticos, no rádio, nas paradas militares, nas apresentações de estudantes em praça pública, principalmente por ocasião das festas cívicas, na imprensa falada, escrita e cinematográfica. O Presidente Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) encarregado de organizar, controlar todas as manifestações públicas e divulgar as ações governamentais reforçando a idéia de uma identidade nacional comum. Procedimento semelhante ocorreu, na década de 50, na Argentina, durante o governo de Perón. As imagens de Evita e Perón estavam nos meios de comunicação e ilustravam os livros didáticos, a propaganda peronista foi mais contundente do que a do período varguistas, no Brasil.

No Brasil, na década de 50, no governo de Juscelino Kubitschek o viés nacionalista continuou sendo reforçado, com a introdução dos estudos de História da América.. Os princípios que nortearam o currículo de história da América foram o nacionalismo, americanismo e civilização. Diferentemente das propostas anteriores, a História da América foi introduzida independente da História Geral e /ou da Europa. Era a tentativa de reforçar a identidade americana e distanciar o Brasil da Europa. Como afirma Dias, “o estado e as elites e os intelectuais brasileiros, ao se voltarem para si mesmos em torno da construção da Nação, utilizam também como ponto de referência os demais povos americanos, que servirão como um espelho para fazer revelar a sua própria imagem”(DIAS, 1997). Esta proposta, de estudo da história colonial americana, no currículo, permaneceu até o final da década de 50. Com a consolidação da revolução cubana, a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação (4.024/61), e o início dos governos militares no continente americano, a

disciplina História da América e os temas ligados a identidade americana são abandonados pela própria força da lei. Foram transferidos para os Estados da federação a responsabilidade na elaboração dos currículos, a disciplina História da América deixou de fazer parte da grade curricular.

Durante a ditadura militar foi aprovado pelo Congresso Nacional uma nova lei de Diretrizes e Bases da Educação, conhecida como a 5692/71 que modificou o sistema escolar, criando três áreas de conhecimento interdependentes: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Artes e Comunicação e o ensino fundamental passou de 4 para 8 anos. O Estado atendeu as necessidades da população urbana, aparentemente escola se democratizou mas, não se conseguiu equilibrar o binômio qualidade / quantidade, isto é ter um ensino de qualidade com um maior número de alunos e que tinham marcantes diferenças culturais e sociais. A escola passou a ter um novo perfil social e cultural, foi reduzida a carga horária das disciplinas história/ geografia e sendo inserido no currículo as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, portadoras de forte carga ideológica. Os objetivos centrais foram a formação da cidadania, concebida como a formação do “bom cidadão” e da identidade nacional pela vida da análise do seu processo de formação política. Nesse período foi intensa a propaganda imagética de caráter nacionalista, financiada por grandes empresas particulares e se apresentavam como se fossem de caráter oficial. Era uma propaganda de natureza política que apelava para o sentimento de identidade e cultura nacionais e tinha um caráter nacionalista, desenvolvimentista e popular.

Após a abertura política, na década de 80, com o processo de redemocratização nacional, uma nova lei de Diretrizes e Bases da Educação foi promulgada em 1998. Decorrente desta lei foram organizados os PCNs – Proposta Curricular Nacional, para o ensino fundamental e médio, anulando os currículos anteriormente organizados. Os temas identidade e cidadania ficaram mais evidentes nestes novos parâmetros, se comparados com os currículos anteriores .e tiveram como meta focalizar a formação da cidadania entendida

como o direito de participar de uma sociedade tendo direito de Ter direito, bem como construir novos direitos rever os já existentes (...) Admitir e defender

direitos humanos significa reconhecer não apenas esta ou aquela propriedade de alguns sujeitos, mas que o direito de ser humano é um estatuto que todas as pessoas tem o dever moral de, consciente e voluntariamente, conceder-se umas as outras. (PCNs, 54).

O entendimento dado a este conceito de cidadania é dinâmico, abrangente, implicando na percepção do outro, com característica de mobilidade e mudanças. No estudo sobre o processo de formação da identidade brasileira deparamos com uma diversidade de expressões étnicas, culturais, sociais e antropológicas que caracterizam o povo brasileiro.

Nas propostas curriculares o estudo a noção de identidade passa pela discussão do *caráter brasileiro*, como afirma Maria Helena Chaui e é visível pelo processo de comparação destacando as semelhanças e as diferenças existentes entre os grupos étnicos como os brancos, negros, índios, mestiços e outros. A identidade nacional é construída e perceptível via as representações simbólicas como a bandeira nacional, as moedas, os selos, os hinos e os rituais presentes nas festas cívicas, populares, jogos esportivos, nos funerais de pessoas que se destacaram no cenário nacional, como o de corredor Ayrton Senna. Neste momento as discussões sobre identidade nacional passam pelo diferente, pelos antagonismo existentes entre os grupos sociais e a nação é concebida como algo em construção. Nas paradas militares e/ou escolares, nas comemorações cívicas são colocadas em destaque as identidades dos diversos grupos existentes. Os grupos são organizados em batalhões que desfilam pelas ruas dando visibilidade as suas características, as suas tradições e cada um deles representa no corpo e nas vestes determinados momentos da história nacional. Neste momento, há um ritual em ação : os que desfilam e os que assistem estão nas calçadas parados, aplaudindo a nação e os seus símbolos que passam, sacralizando a memória nacional.

Como exemplo do que tenho afirmado cito os acontecimentos que envolveram o povo brasileiro, em 2002, no final da “copa do mundo de futebol”. Foi a vitória do penta –campeonato do Brasil. O grande símbolo da festa foi a bandeira nacional, que expressava a união, a identidade, o povo vitorioso. A bandeira estava nas roupas, nas janelas, nos carros e o verde, o amarelo e o azul coloriam os rostos, o corpo do povo brasileiro. A equipe de futebol ao

desembarcar em Brasília, foi recebidos como heróis pelo Presidente da República, foram condecorados com medalhas de honra ao mérito e desfilaram pela cidade em carro aberto. A bandeira nacional flutuava nos ares, o povo se cobria com ela, chorava, ria e se identificava com os jogadores, de origem pobre como ele. Os jogadores são heróis circunstanciais, passageiros que, naquele momento representavam a identidade nacional, a nação. Em uma situação como esta corre-se o perigo de homogeneizar a identidade nacional e obstruir a consciência histórica.

A formação de uma identidade nacional, na escola, começa com os livros didáticos com a sacralização de certos acontecimentos históricos e personagens que os representam como Tiradentes, D. Pedro I, Princesa Isabel. Frequentemente as narrativas dos textos didáticos são ilustradas com fotografias, desenhos e charges. Como afirma Lima e Fonseca “As pinturas representando episódios consagrados pela historiografia oficial, acabaram por tornar-se a memória visual da nação” (SIMAN, 2001, p.94). Jonathas Serrano, professor do colégio Pedro II destacou em 1918 a importância da observação das imagens pelos jovens, para a compreensão dos fatos históricos. A noção de identidade nacional e nação, também, foi trabalhada e divulgada em telas que representam fatos históricos como a Independência do Brasil, a Primeira Missa, a Morte de Tiradentes, a Batalha de Guararapes, pintadas por artistas que receberam todo o apoio do governo imperial como Pedro Américo, Vítor Meireles, foram pintores oficiais da monarquia. Portanto, a formação de uma identidade nacional e do conceito de nação é um processo ideológico que na escola passa necessariamente pela conservação de uma memória nacional e a formação de uma consciência política. As propostas educacionais do Estado não discutem no processo educativo que a formação da identidade nacional e da nação são construções sociais em que o povo é sujeito. Para Künzle “o poder do Estado aparece como uma propriedade de poucos; o Estado deve ser forte para que se faça o progresso dentro da ordem e o governante, além de pai enérgico do povo, deve ser o salvador da pátria.” (KÜNZLE, 2003, p. 30).

É necessário que os educadores assim como os historiadores se preocupem na escola, com a formação de uma consciência social e política dos educando, isto é, serem capazes de pensarem historicamente. Isto significa pensar a nação como uma inclusão social de todas as camadas sociais e não olharem os movimentos sociais e políticos das massas como ações direcionadas à ingovernabilidade.

Em uma era de globalização, na qual estamos vivendo, onde há o esfacelamento de nossas particularidades e individualidades, o sentimento de pertencer a um lugar, a um grupo no qual desempenhamos um papel social, no qual estamos emocionalmente e afetivamente ligados e nos identificamos é muito importante para o ser humano e sua formação enquanto sujeito histórico. Neste processo de busca da identidade, de construção de uma nação participativa a história tem um papel fundamental, pois é a base de sustentação, do conhecimento fundante do presente. Entretanto, esta identidade nos currículos aparece de forma muito simplista, fundada na caracterização dos aspectos culturais, sociais nos seus traços mais aparentes do grupo a que pertencemos. Esta identidade é mais forte na primeira fase do ensino fundamental e tende a desaparecer no segundo segmento do ensino fundamental e médio. Entretanto, muitas são as críticas feitas sobre a importância da história no currículo, é dito que a história não tem base científica, não serve para nada, é construída sobre fatos escolhidos por grupos que não pertencem a categoria de excluídos da história. É recente no campo da historiografia estudos que levam em consideração à construção do conhecimento histórico escolar em que o olhar dos historiadores se dirige aos excluídos da história, aos acontecimentos em que os trabalhadores, os escravos e o homem comum estão presentes. Entretanto, os processos de dominação são vários, incluindo o descarte que fez do conhecimento na época da ditadura, de apagar uma consciência crítica, simplificar as informações, e não se preocupar com a formação dos professores

Em uma pesquisa com adolescentes sobre o entendimento do conceito de nação, realizada por Maria Rosa Chaves Künzle, em duas escolas uma particular e outra pública, da cidade¹ de Curitiba, Paraná, realizada no ano de 2002.

Os alunos concebem a nação como algo que deveria ser, necessariamente homogêneo e sem conflitos internos, grandes diferenças sociais entre as classes impedem a formação da nação. Segundo a pesquisadora os alunos têm uma idéia dinâmica da nação como algo que se constrói, é uma construção histórica

¹ Künzle, Maria Rosa C. – O ensino de história e o conceito de nação : um instrumento de pesquisa. Dissertação de Mestrado apresentada na F.Educação da Universidade Federal do Paraná, em julho de 2003, p. 106-110.

e a visão tradicional de nação como um ser eterno e intocável parece Ter mudado entre os aluno (KÜNZLE, p.108).

Embora os alunos concebam que a nação é uma construção histórica, portanto, dinâmica, processual admitem que as diferenças sociais, os conflitos internos dificultam a construção de uma nação pois, a concebem como um corpo homogêneo e sem conflitos.

A identidade social e a formação de uma consciência histórica se constituem de uma concepção de tempo onde há relações entre o passado, o presente e o futuro estão em um processo contínuo de mudanças; que cada indivíduo faz parte deste processo de transformação, portanto o passado nos constitui, forma o meu social; nós nos encontramos imersos na dimensão temporal do presente, passado e futuro. Portanto, somos parcialmente responsáveis pela construção do futuro; certeza que todo nós participamos do movimento histórico (eleições, escolhas, posturas éticas, sentimentos valorativos, papéis profissionais) e estamos participando conscientemente ou não dos processos de transformação.

O conhecimento histórico construído em sala de aula pode algumas vezes estar centrado na cronologia, na informação de fatos descontextualizados para a vida dos aluno, sem nenhuma vinculação com o momento presente.

Cabe destacar que o conhecimento histórico, a perpetuação das memórias nacionais acontecem tanto no interior do ambiente escolar como fora dele e com diferentes linguagens: exposições, museus, arquivos, nos meios de comunicação (cinema, jornais, televisão, Internet). Cada uma destas formas de ensinar histórica implica em uma metodologia própria e nos recursos a serem usados. Em cada um deles o historiador está formando a consciência histórica e o sentimento de identidade.

O conceito de identidade aplicado à educação está fundamento em uma concepção de vida humana e a única forma de realização é na história É nesta dimensão que o tempo/espço são categorias explicativas do conhecimento histórico, isto é, tem um passado individual, local sustentado por um social histórico mais amplo do qual fazemos parte.

Bibliografia

- BALAKRISHNAN, G. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000
- CAPELATTO, M. H. *Multidões em cena*. Campinas, Papirus, 1999
- CHARTIER, R. *A história cultural – entre práticas e representações*. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1990.
- CERRI, L. F. Uma escola do Brasil: o trabalho educativo das imagens da nação no “milagre brasileiro” (1969-1973) e na comemoração dos 500 anos do descobrimento (1998-2000). In: SCHIMIDT, M. A. e CAINELLI, M. R. (org.). *III- encontro: Perspectivas do Ensino de História*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999, p. 453-470.
- DIAS, M. de F. S. *Invenção da América na Cultura Escolar*. Tese de doutoramento, defendida na Faculdade de Educação- UNICAMP, 1997.
- HERRERA, M. C.; DIAZ, C. J. (orgs). *Educación y Cultura Política – una mirada multidisciplinaria*. Bogotá, Plaza & Janés Editores. 2001
- KÜNZLE, M. R. C. *O ensino de história e o conceito de nação: um instrumento de pesquisa*. Dissertação de Mestrado defendida na UFPR, em julho de 2003.
- MATOS, O. *Construção e desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional*. In, Revista de Sociologia da USP- Tempo Social, v. 6, n. 12, junho de 1995 p.83-90.
- NADAI, E. *O ensino de História no Brasil : trajetórias e perspectivas*. In, *Revista Brasileira de História – Memória História e Representações – Dossiê ensino de História*, n.º 25/26. São Paulo. ANPUH, Marco Zero, setembro92/agosto93, p.143-162.
- RYAN, M. A parada norte-americana: representações sociais do século XIX. In: HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes.
- RÜSEN, J. *Razão Histórica*. Brasília. Edit. da Universidade de Brasília, 2001.
- SILLER, J. P.; GARCÍA, V. R. (org.). *Identidad en imaginario nacional – reescritura y enseñanza de la historia*. Instituto de Ciências Sociales y Humanidades, BUAP, Puebla, México. 1998.
- SIMAN, L. M. de C. e F.; LIMA, T. N. de. *Inaugurando a História e construindo a nação*. Belo Horizonte. Autêntica, 2001.
- ZAMBONI, E. Orientações Metodológicas no currículo e na docência do ensino de história no Brasil. In: *Ágora*, v. 4, jan./dez. 1998. Santa Cruz do Sul : Editora da UNISC, 1999, p.7-22.

_____. *Identidade Nacional e consciência histórica*. Anales, III Encuentro Internacional de investigadores de la red – Educación, Cultura y Política em América Latina. Argentina, 2000.

Pedagogic project of the national curricular parameters: national identity and historical conscience

ABSTRACT

This article has as objective to work the construction of the national identity and the historical conscience as references of the pedagogic project contained in the political and cultural parameters pointed by the Cultural and Historical Politics. The term political culture started to be used in Latin America in the end of the 80s, in the period of the political transition between the dictatorship and the current “democratic governments.” I made a research in the current National Curricular Parameters the concept of National Identity with the objective of analyzing how it was thought the process of a historical conscience formation.

Key-words: History, Pedagogic Project, Curricular Parameters